



ÁFRICA MERIDIONAL INGLESA: DAS ESTRUTURAS COLONIAIS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, POLÍTICO E SOCIAL NO SÉCULO XX¹

Diego Schwalb Zanoto²
Jeferson Garcia³
José Orestes Beck⁴
Rafael Hansen Quinsani⁵

Resumo

Este artigo analisa o desenvolvimento histórico da África Meridional Inglesa, a partir de suas estruturas coloniais. No século XX, serão destacados os elementos políticos, econômicos e sócias para, em seguida, focar o processo de independência e a formação e eliminação do *Apartheid*.

Palavras-chave: História da África. Apartheid. História Contemporânea.

Introdução

Gigantesco e fascinante, o continente africano é um espaço marcado pela diversidade em diversos aspectos: físico-morfológicos, culturais, e pelas suas etnias. O impulso sobre os estudos da História da África começou na Europa, a partir da década de 1960, com um processo concomitante com a formação dos Estados contemporâneos. Tardiamente, esse fenômeno chegou ao Brasil, fato somente verificado nos últimos anos, onde colaborou significativamente a elaboração de leis que inseriram nos currículos escolares os estudos sobre História e cultura da África⁶. Entra em cena, nesse período, uma consciência pesada sobre o fardo da herança histórica desvelada naquele contexto. Estes fatos não podem

¹ Este artigo foi produzido para a disciplina de História da África Contemporânea na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (sob orientação do professor Luiz Dario Teixeira Ribeiro), em 2007, e atualizado em 2010.

² Licenciado em História pela UFRGS. Autor do capítulo: A escravidão entre os povos do Sudão Ocidental: séculos VII-XVI. In: MACEDO, José Rivair. (org) **Desvendando a História da África**. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2008. dszanoto@yahoo.com.br

³ Licenciado e Bacharel em História pela UFRGS. Especialista em História da África pela FAPA. jeferson.garcia@al.rs.gov.br

⁴ Licenciado e Bacharel em História pela UFRGS. Co-organizador, juntamente com Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, Charles Sidarta Machado Domingos e Rafael Hansen Quinsani do livro "**A Prova dos 9: a História Contemporânea no Cinema**". j.o.beck@hotmail.com

⁵ Mestre em História pela UFRGS. Co-organizador, juntamente com Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, Charles Sidarta Machado Domingos e José Orestes Beck do livro "**A Prova dos 9: a História Contemporânea no Cinema**". Autor de capítulos de livros e diversos artigos em periódicos especializados rafarhq@yahoo.com.br

⁶ Notadamente a Lei 10.639/2003. Para estudos sobre essa legislação, consultar os trabalhos de Anderson Ribeiro Oliva.

encobrir que a própria memória histórica europeia tem o privilégio de autopsiar e denegrir suas atrocidades.

Num movimento contrário, diversos autores como Frantz Fanon destacaram a importância de dar a palavra também a quem realmente sofreu este processo de dominação. Cabe não esquecer, que nos tempos de subjugação, muitos explorados não desistiram da idéia de retomar sua história. Com esses elementos, podemos embasar uma crítica e refutar muito dos mitos construídos e propagados sobre a África até os dias de hoje. Esta visão histórica, não pode esquecer, entretanto, a participação europeia e como os elementos imperialistas agregam-se ao colonialismo anteriormente desenvolvido. Tendo como centro as necessidades econômicas, não podemos desvincular o elemento religioso que se agrega ao militar, externados sobre os preceitos da cristianização e do dever de civilizar os demais povos. O imperialismo nutre-se desses impulsos ideológicos onde também se soma o apelo ao nacionalismo e a crença de superioridade no âmbito humanitário. O apoio popular torna-se um fenômeno público e sua ideologia enraíza-se em diversas formas culturais.

Tendo a Inglaterra um papel de destaque nesse processo, seus domínios se estenderam por todo planeta, principalmente pela necessidade de matérias-primas e pelo desejo de revanchismo com a derrota sofrida com o processo de independência dos EUA. Na África Meridional⁷ sua atuação se efetiva no século XIX, e é a partir desse período que demarcaremos nosso marco cronológico. Primeiramente, analisaremos as estruturas coloniais destacando as conquistas e resistências, para em seguida, percorrer o século XIX e o XX, até o período de descolonização e o processo de independência.



Imagem 1

⁷ Esta área situa-se no extremo sul do continente africano e engloba os espaços geopolíticos imperialistas da União da África do Sul (África do Sul); Basutolândia (Lesoto); Alto Comissariado Britânico (Suazilândia); Bechuanalândia (Botsuana), além das Rodésias do Norte (Zâmbia) e do Sul (Zimbábue) e Niassalândia (Malauí).



Imagem 2

África Meridional Britânica: as estruturas coloniais e a conquista e resistência

Para um bom entendimento da história da África do Sul faz-se necessária uma análise adequada das correlações de forças que atuaram na sua formação social. Isso implica contextualizá-la estrutural e conjunturalmente para compreendermos o processo de colonização empreendido pelos europeus em suas particularidades históricas.

Quando os holandeses chegaram, na segunda metade do século XVII, em 1652, no Cabo da Boa Esperança, aquela região já era há muito habitada. Não há precisão nas datas, mas a arqueologia aponta entre 500 e 1000 anos d.C. o estabelecimento dos primeiros povos no sul do continente africano. Esses primeiros povoadores foram denominados pelos colonizadores holandeses como hotentotes e bosquímanos. Hoje esses termos estão caindo em desuso dentro da historiografia e utiliza-se os termos khoi para os hotentotes e san para os bosquímanos e khoisan para referir-se aos dois. Os holandeses logo diferenciaram esses dois grupos pelos aspectos físicos e culturais e os classificaram como duas raças distintas. Os bosquímanos eram caçadores e coletores, possuíam uma língua própria e distinguiram-se por uma estatura mais baixa. Os hotentotes eram criadores de gado e em função disso considerados “mais evoluídos”. A presença holandesa na África do Sul começou a desenhar-se com um acontecimento inesperado: o naufrágio em 1647 de uma embarcação holandesa da Companhia das Índias Orientais na Baía de Mesa. Estes sobreviventes foram resgatados cerca de um ano depois, e de volta a Holanda, o comandante da embarcação colocou aos diretores da Companhia das Índias Orientais a necessidade de estabelecer uma base de reabastecimento permanente no Cabo. Foi com essa intenção que em 06 de abril de 1652 Jan Van Riebeck fundou o primeiro

estabelecimento no Cabo da Boa Esperança e inaugurou a presença branca no sul da África e o conseqüente processo de colonização. Este entreposto marítimo tornou-se um importante fornecedor de alimentos (carnes e legumes) para as embarcações com destino às Índias. Logo Riebeck solicitaria mais colonos para dar conta do abastecimento dos barcos e as terras primeiramente ocupadas logo tornaram-se escassas. Começou então a migração em direção ao leste na busca de grandes quantidades de terras, mas também fugindo dos pesados impostos que eram obrigados a pagar à Companhia das Índias Orientais. Esses primeiros colonos, em sua maioria protestantes calvinistas, tinham abandonado a Holanda depois de terem alcançado a independência frente ao império espanhol e não estavam dispostos a sofrerem nova opressão. Instalaram-se como camponeses (bôeres) e com técnicas rudimentares de agricultura e pastoreio necessitavam de grandes quantidades de terras. Os conflitos com as populações autóctones que ocupavam essas terras foi questão de tempo. “As populações indígenas combatidas viram-se pura e simplesmente massacradas antes que pudessem fugir para o norte (bushmen) ou fustigadas com um sistema que se identifica ao de “razzias”, subordinadas e progressivamente reduzidas à escravidão (Hotentotes) (LEFORT, 1978, p. 20)”. Assim como ocorreu na colonização portuguesa da América a presença de mulheres entre os colonizadores holandeses era muito pequena e logo os bóeres trataram de esquecer sua “superioridade” e procurar as mulheres hotentotes. O resultado foi o aparecimento na Província do Cabo de mestiços, uma categoria humana distinta de brancos e negros. Dentro de uma sociedade em que o critério da cor era fundamental logo seriam delimitados seu papel e seu lugar dentro da hierarquia social.

Depressa estes refugiados se considerariam eleitos de Deus, a fim de dominarem a massa dos povos de cor, de que não procuraram compreender os costumes: Hotentotes, Malaios e escravos da costa africana. Mas, como havia muito poucas mulheres européias entre eles, dignaram-se os “eleitos” descer de seu pedestal para procurar mulheres hotentotes. Daí a crescente massa de mestiços (bastards, griquas, coloured), que eles consideravam inferiores, mas logo acima da massa servil dos Africanos (KI-ZERBO, 1999, p. 430).

Foi neste período que chegam os primeiros escravos importados das mais diversas regiões: África Oriental, ilha de Madagascar e, por incrível que pareça, da Índia. Esses escravos, somados aos protestantes huguenotes franceses expulsos por questões religiosas (revogação do Edito de Nantes), formaram uma sociedade tão diversificada quanto conturbada no Cabo. A fé calvinista foi a liga que uniria esses colonos franceses aos já estabelecidos holandeses. Logo esses colonos assumiriam uma postura de ruptura com a metrópole pela forma como deixaram a Europa e tiveram que buscar novos pastos em territórios desconhecidos, longínquos e perigosos. A marcha para o leste ganhou impulso e a dominação das populações autóctones foi plenamente justificada pela doutrina da salvação

e da predestinação. A Bíblia foi o alicerce que, desde o século XVIII, forjou a especificidade bôer. Essa distinção requerida ficaria evidente com o nome que esses colonos passariam a se autodenominar (afrikaner) e a língua derivada do holandês que eles criaram (afrikaans). “Em século e meio, a zona do Cabo tornou-se, pois, uma colônia de povoamento, a primeira da África, onde existe já uma comunidade que não se considera como um simples apêndice da Europa, mas antes como uma vanguarda auctótone da civilização cristã sobre o continente negro” (LEFORT, 1978, p. 20).

Com a progressiva interiorização os bôeres não demoraram a se chocarem com os grupos bantos, aos quais costumavam designar pelo nome *cafre*, que significa infiel em árabe. Termo que também está em desuso sendo designados agora pela historiografia de xhosas, tswanas, zulus, ngunis e sothos.

Os Bôeres, como o seu nome indica, são, antes de mais nada, camponeses e criadores de gado. Os Zulus, Xhosas e outros têm, quanto a si, um verdadeiro culto ao gado, que é o eixo do bem-estar econômico e do prestígio social, em particular para o dote (lobola) pago aos sogros. E, como entre eles os animais errantes eram considerados propriedade pública, surgiram de imediato conflitos com os Bôeres. Arremetidas, represálias, lutas esporádicas, tudo isso começou logo, usando os Bôeres as suas armas de fogo contra aqueles “Cafres”, que eram para eles inimigos naturais pela raça e pela religião. As vítimas da opressão religiosa e nacional na Europa tornavam-se assim, por sua vez, opressores na África (KI-ZERBO, 1999, p. 432).

Foi nesse contexto que entrou em cena a Inglaterra como um novo e fundamental protagonista. Com o objetivo de assegurar o controle da rota das Índias, a Inglaterra ocupou o Cabo em 1795. Nesse momento a Inglaterra já consolidara sua supremacia econômica e militar nas guerras napoleônicas assumindo o controle da colonização no sul da África. Com isso inauguraram uma nova fase na história da África do Sul. “Assim, no princípio do século XIX tinham tomado os seus lugares os três principais protagonistas de uma evolução dramática: os três B (Bantos, Bôeres e Britânicos), que daí por diante ficarão em estado quase permanente de conflito triangular.” (KI-ZERBO, 1999, p. 432). Os escravos negros receberam garantias dos ingleses contra os maus tratos dos bôeres e em 1833 foi abolida em definitivo a escravidão. Esse foi o estopim para o que ficou conhecido como A Grande Jornada (The Great Trek) de 1835 a 1837.

É importante registrar que a principal razão que levou ao Grand Trek foi o fato de os africânderes não aceitarem submeter-se às leis britânicas. Pretendiam conservar sua língua, seus valores e costumes, sua vida familiar, suas práticas religiosas e outras dimensões plurais de seu cotidiano. Entre o resguardo dessas esferas de importância destacava-se a que referia em particular às suas relações com os povos africanos. Com relação a estes, os africânderes, segundo a Igreja Reformada Holandesa, se auto-reconheciam com a missão de preservar as diferenças “naturais” da raça, apoiados na fé que lhes fazia acreditar que igual negros e brancos contrariava a lei de Deus.” Federação (HERNANDEZ, 2005).

Os novos territórios ocupados pelos bôeres ficaram conhecidos como Natal, Transvaal e Estado Livre de Orange. Esses territórios foram conquistados segundo uma política bem peculiar: exterminar todos os povos autóctones que estivessem pelo caminho e atrapalhassem seus objetivos. Os zulus, liderados por Shaka um grande chefe militar e posteriormente por seu filho Dingaan, mais organizados e poderosos que os hotentotes e bosquímanos travaram batalhas violentas com os bôeres. Entre sua coroação e seu assassinato 12 anos mais tarde, em 1828, o rei Shaka e seus temerosos regimentos empreenderam a expansão do reino, espezinhando e desapropriando todas as tribos rivais em seu trajeto com o armamento e as estratégias de batalha inovadoras criadas pela genialidade militar do rei. Foram substituídas as lanças de arremesso e o escudo pequeno, usados durante três séculos da guerra interclã, pela lança curta (azagaia) e o escudo longo, projetados para facilitar uma nova forma de lutar, que consiste em cercar seu inimigo com os regimentos se separando e criando uma formação em cabeça de touro, que priorizava a luta corpo-a-corpo (FERRO, 2004, p. 230). Como dito anteriormente, Shaka morreu em 1828, mas seus sucessores mostraram a mesma belicosidade.

Natal logo foi anexada pelos ingleses (1843), pois foi considerada um ponto estratégico demais para ficar em mãos de estrangeiros. Em Natal e na colônia do Cabo a Inglaterra implantou um regime representativo e proclamou que negros e brancos possuiriam direitos iguais, mas não fazendo questão de lembrar que, na verdade, essa “igualdade” era limitada por um sufrágio censitário. No Transvaal e no Estado Livre de Orange os ingleses não interviam nas relações entre bôeres e escravos. A natureza dessas “relações” deveria ser definida na “Lei Fundamental” (Constituição) do Estado do Transvaal.

O povo soberano não reconhece nenhuma igualdade entre os brancos e as gentes de cor, quer no seio da Igreja, quer seio do Estado. (...) Nenhum indígena será autorizado a estabelecer-se perto dos aglomerados em detrimento dos habitantes naturais sem uma expressa da totalidade da Assembléia. (...) Qualquer indígena deve ser portador de um salvo-conduto (LEFORT, 1978, p. 26).

No final do século XIX, três povos (suazis, sothos e tswanaas) colocaram-se sobre o protetorado dos ingleses e receberam um pequeno território (Suazilândia, Lesoto e Botsuana) provocando sua fixação à terra (ver mapa 01).

Esses primeiros acertos de delimitações de territórios logo ficaram comprometidos com a descoberta de diamantes em 1867 e ouro em 1868. Na verdade a Inglaterra só permitiu a implantação de repúblicas bôeres pelo fato de essas não serem economicamente viáveis, fato que mudou radicalmente com as descobertas de minas de diamantes e ouro. Com as crescentes tensões que se estabelecem em decorrência do domínio por essas minas as tropas inglesas invadiram os territórios dominados pelos bôeres, dando origem à Primeira Guerra Bôer.

Em 1899, por causa da descoberta de ouro, tropas britânicas invadiram os territórios dominados pelos bôeres, dando origem à Segunda Guerra Bôer. Após anos de combates, os britânicos venceram a luta em 1902. É importante lembrar que o fato estrutural que reforçou os diferentes objetivos e projetos de bôeres e britânicos foi a disputa pelo controle das terras de povos autônomos.

No período logo após o final da Segunda Guerra Bôer, um importante movimento de resistência fez-se sentir na Província de Natal no ano de 1906: a Rebelião de Bambatha. Esta revolta foi um desafio à lei colonial, que muitos descrevem como o começo da luta armada pelos negros sul-africanos. A Rebelião Bambatha eclodiu como consequência de uma decisão do Governo Colonial de impor uma taxa de uma libra sobre todos os residentes maiores de 18 anos, numa tentativa de compensar o Tesouro quase exaurido durante a depressão que se seguiu à Segunda Guerra Bôer. A população negra da colônia em particular se ressentiu das intenções do Governo, a qual considerava injusta tendo em vista às enormes diferenças entre as suas rendas e às dos brancos da colônia. Havia outros fatores igualmente importantes, como a distribuição de fazendas aos imigrantes brancos e imigrantes da Índia, além de severas medidas restritivas impostas sobre os negros.

Quando chegou a hora de implementar o imposto, muitas das tribos negras da colônia recusaram-se a pagar e o descontentamento explodiu quando policias de Natal foram atacadas na fazenda de Trewirgie, próximo a Baynesfield. As tribos envolvidas no ataque foram localizadas e seus membros executados, levando à intervenção britânica. Logo houve esporádicas erupções de violência e a Lei Marcial foi proclamada. Tropas coloniais foram mobilizadas e voluntários do Transvaal chegaram à região para participar. Um influente chefe do vale Mpanza, próximo a Greytown, Bhambatha Zondi, confrontado por uma revolta interna em sua tribo, viu-se em complicações com a questão e foi deposto pelo Governo de Natal, acusado de estar coligado com os dissidentes. Ele fugiu para a fazenda real do Rei Dinuzulu kaCetshwayo, às margens do Rio Black Mfolozi, deixando sua esposa com o rei e assim, efetivamente, envolvendo-se na rebelião.

Em 4 de abril, Bhambatha e seus rebeldes emboscaram uma força policial de Natal em Mpanza, entre Greytown e Keate's Drift, quando quatro policiais foram mortos. O abrigo de Bhambatha foi localizado e incendiado. Este havia, contudo, fugido da região para o umuzi de um dos mais influentes chefes da Colônia, Sigamanda Shezi de amaCube, que vivia na região acima do córrego Mome, próximo da Floresta Nkandla. Este era também o local onde se localizava o túmulo do rei Cetshwayo. Seguiu-se uma convocação geral aos regimentos coloniais e tropas foram distribuídas estrategicamente por todo o norte de Natal e pela Zululândia. A esta altura, muitas das tribos da colônia estavam em estado de rebelião aberta contra o novo imposto. Muitas das tribos dividiram-se em suas lealdades, resultando na formação de grupos desorganizados que lutavam contra os próprios compatriotas.

Chegavam ao Coronel Duncan McKenzie, que tinha sido indicado Coronel Chefe de todas as forças, relatórios informando que Bhambatha tinha se deslocado para a área de Nkandla. O coronel estabeleceu seu quartel-general próximo à vila de mesmo nome. Uma série de varreduras na densa floresta de Nkandla foi feita e por muitos dias as tropas coloniais procuraram infrutiferamente pelos rebeldes, com um sucesso insignificante. As armas da Artilharia de Campo de Natal foram usadas contra a floresta para forçar os rebeldes a saírem, não obtiveram sucesso. O local do túmulo do rei Cetshwayo também foi ocupado, gerando muito ressentimento no povo Zulu.

Em 9 de Junho, McKenzie recebeu relatórios de que os rebeldes de Bhambatha estavam se dirigindo para dentro da floresta de Nkandla através do acesso do desfiladeiro Mome. As tropas convergiram para o acesso logo após os rebeldes chegarem e fixarem acampamento para passar a noite. Ao amanhecer de 10 de junho os rebeldes, alertados da existência de tropas e preparados para lutar por sua izunduna, foram atacados a tiros de cima de uma colina na entrada do desfiladeiro, pelos dois lados, forçando-os a fugirem rio acima para procurar abrigo na floresta de Dobo e na floresta Mvalasango às margens do Mome. As tropas de McKenzie foram dispostas em posições estratégicas acima e em volta do desfiladeiro, com grupos de contenção sendo dispostos ao longo de seus dois lados. Depois que os primeiros tiros foram disparados os rebeldes fugiram para dentro das florestas de Dobo e Mvalasango, as quais sofreram uma varredura, a primeiro de alto a baixo. Nenhuma misericórdia foi demonstrada pelas tropas, que massacraram os rebeldes.

Aproximadamente 575 rebeldes foram mortos no massacre, enquanto as forças coloniais perderam somente três soldados. Oficialmente, o corpo de Bhambatha foi deixado decapitado nas margens do córrego Mome, e sua cabeça levada para exame de identificação em Nkandla, depois retornada à floresta e enterrada com o corpo. Quando a batalha do desfiladeiro Mome partiu “a coluna” da rebelião, a violência atravessou para a área abaixo do rio Thukela, em fins de Junho e começo de Julho de 1906, conduzida por diversos amakhosi influentes. Estes incluíam o inkosi Meseni kaMusi Qwabe, Mashwili kaMngoya e o inkosi Ndlovu Zulu. Seus seguidores impuseram uma resistência determinada durante as ações em Macrae's Store (2 julho 1906), em Nsuze (2 julho 1906), em Mpumulwana (3 julho 1906), Ponjwana (3 julho 1906) e Izinsimba (8 julho 1906) mas foram incapazes de vencer o poder de fogo das forças coloniais e em meados de Julho de 1906 a rebelião havia terminado. Desse modo:

em 1902 era assinada a paz e em 1910 formada a União Sul-Africana, constituída pelos quatro estados, com um governador-geral a representar a rainha, uma capital governamental em Pretória e uma capital parlamentar no Cabo. Duas línguas oficiais: inglês e afrikaans. A evolução da África do Sul não é, portanto, única no seu gênero. É a ocupação progressiva, motivada pelos interesses econômicos, de vastas porções da África por

populações de origem europeia, e isso em detrimento dos autóctones africanos (KI-ZERBO, 1999, p. 439).

Elementos políticos, econômicos e sociais no século XX

Com a criação da União Sul-Africana em 1910, entrou em vigor uma constituição comum a todos os quatro Estados. As províncias tinham um governador e uma assembléia local, mas também possuíam um parlamento bicameral, com deputados eleitos somente pelos europeus. Também designado de Londres, um governador geral ficava encarregado do executivo. Foi criado o cargo de Primeiro Ministro, que ficava sediado em Pretória. Louis Botha foi quem ocupou, primeiramente o cargo, de 1910 a 1919. Com a criação do Partido Nacional em 1913, destacou-se a figura de James Hertzog que ocupa o cargo de Primeiro Ministro de 1924 a 1939. O militar Jan Christian Smuts ocupa um mandato de 1939 a 1948. Neste ano, é eleito Daniel François Malan, líder do Partido Nacionalista Unificado, onde se radicalizam as políticas de Apartheid. Com a independência em 1961, o primeiro presidente eleito é Charles Swat, que governa de 1961 a 1966.

A implantação do capitalismo na África do Sul constituiu-se de forma muito rápida. A concentração de investimentos ocorreu sobre a indústria pesada, principalmente devido a importância das riquezas naturais de matérias-primas. Este processo foi marcado pela aliança da burguesia sul-africana com o capitalismo internacional e também pela alta intervenção do Estado no setor produtivo. Os lucros obtidos com a exploração das riquezas naturais eram imensos, pois os preços de venda eram muitos baixos, principalmente devido ao baixo custo da mão-de-obra. Fundamentalmente, essa compressão salarial abaixo do valor da força de trabalho, foi o que permitiu a rápida acumulação de capital.

Associado a estes fatores, encontramos os aspectos econômicos do Apartheid, que se constituía num sistema de exploração cuja camada explorada era obrigada a oferecer sua força de trabalho ao mercado pela impossibilidade de constituírem algo além de mão-de-obra barata. Os negros constituíam 68% da população e respondiam por 18% dos rendimentos, ao passo que os brancos eram 19% da população e concentravam 74% dos rendimentos (FERREIRA, 1977, p. 345). Os brancos das camadas mais pobres tinham a sua disposição os melhores cargos, o que os diferenciava da grande massa negra e permitia uma aliança com a burguesia, que tinha como a maior consequência a ideologia racista.

Com o desenvolvimento do capitalismo, contudo, foi necessária a admissão de negros nestes cargos mais altos, pois o afluxo de brancos era insuficiente. Uma consequência da segregação relatada anteriormente era o baixo preparo e qualificação da mão-de-obra negra, o que os excluía novamente do sistema.

O Partido Nacional tinha sua base no proletariado branco que desejava privilégios sobre os negros devido à queda da produção de lã. Propunha a independência do capital

inglês, fator levado a cabo por Hertzog em 1924. Contudo, somente o poder político ficou na mão dos sul-africanos, pois o poder econômico continuava atrelado a Inglaterra. O Estado tentou compensar essas deficiências fundando empresas para rivalizar com os ingleses. Foi empreendido um grande investimento na indústria química, sob o aporte do capital e da tecnologia alemã. Estas ações aumentaram consideravelmente a participação do Estado na economia, mas não tornou a África do sul menos independente dos monopólios e das importações de produtos. Além disso, o capital privado também participou desse processo.

A descoberta do ouro ocorreu em 1884 na região do Estado do Transvaal. A Grã-Bretanha, entretanto, não dispunha de condições e interesses de anexar o Estado aos seus domínios. A extração desse mineral exigia grandes investimentos e mão-de-obra, fatores que foram correspondidos pela grande demanda do mercado por ouro. O mineral muitas vezes se localizava a um quilômetro abaixo da superfície. Sua extração exigia o emprego de pólvora, dinamite e carvão. Um censo realizado em 1896 apontava que da população de 100 mil pessoas, apenas 6 mil eram transvaalenses, cerca de 45 mil eram imigrantes e os restantes eram nativos (WESSELING, 1998, p. 315). Em pouco tempo 20% do ouro produzido advinha daquela região. Este desenvolvimento econômico deslocou o centro econômico para Johannesburgo e com o tempo a supremacia numérica populacional permitiu aos ingleses equilibrarem o jogo político e econômico com os bôeres.

A fixação do preço do ouro pelo Fundo Monetário Internacional e o esgotamento das reservas começam a tornar a extração de ouro menos lucrativa. O crescente mercado de urânio, utilizado para fins militares, fez da África do Sul a produtora de 20% do urânio consumido pelo mundo. A região também é rica em diversos minerais, como titânio, chumbo, zinco e cobre. Outro fator importante é o alto teor dos minérios, entre 60% e 65%, um dos mais elevados do mundo (FERREIRA, 1977, p. 355). Entretanto, os sul-africanos dependem das importações para suprir metade de suas necessidades de bens de investimento e produtos acabados.

A Namíbia

Devido a problemas em outras regiões do império britânico, foi possível o estabelecimento de alemães na Namíbia (região sudoeste africano), com a chegada do comerciante Adolf Lüderitz em 1883. No ano seguinte, a Inglaterra reconheceu o protetorado como pertencente à Alemanha. Atuando através de sociedades concessionárias, cerca de vinte mil colonos emigraram para a região ocupando as melhores terras. A administração alemã instituiu um sistema de imposto por cabeça gerando tensões sociais.

Em 1915 a Namíbia foi submetida ao controle da África do Sul. Foi introduzido o sistema de mandato, estabelecendo que as colônias que não possuíssem condições de

governarem a si próprias teriam o dever de se submeter às potências europeias. Para acelerar o domínio e as relações econômicas foi intensificada a migração de colonos brancos, cerca de 32 mil colonos em 1935 contra cerca de 15 mil em 1913. Também foi introduzida na Namíbia o sistema do Apartheid que permitia a disponibilização de mão-de-obra barata, uma vez que aquela região era rica em matérias-primas.

Com o posterior processo de descolonização, é montado na região um bloco de interesses britânicos, pois a África constituía-se de uma importante fonte de petróleo para driblar as crises do oriente que começavam a emergir. Esse movimento anti-colonial dos anos de 1950 permitiu o uso de sanções contra o Apartheid, como o embargo de armas em 1962, mas mesmo assim o comércio com a região duplicou entre os anos de 1962 e 1968. Todo apoio internacional que a África do Sul recebia do ocidente era efetuado de forma cuidadosa e discreta, de preferência com pouco conhecimento da opinião pública. A própria África do Sul também procurava impressionar, realizando projetos de investimentos, que objetivavam integrar as regiões dominadas de acordo com seus interesses. Um exemplo disso é o Projeto Cunene, uma série de obras de barragens para a produção de energia elétrica e abastecimento de água para a região do sul de Angola e da Namíbia. Além de impressionar a opinião pública, esses projetos também buscavam combater as resistências pelo domínio sul-africano como o exercido pela SWAPO.

A South West African Peoples Organization (SWAPO) constitui-se uma organização estudantil que se originou na década de 1950 a partir da West African Student Body, para tentar obter a independência da Namíbia. Tentou realizar este processo por meios pacíficos, mas obteve insucesso. Em agosto de 1966 esta organização partiu para a luta armada, que nos anos seguintes foi fortemente reprimida pela África do Sul. Em 1967 e 1968 foram empreendidos processos exemplares para atemorizar a população, onde trinta e sete membros foram condenados a prisão perpétua. Foram criadas leis na Namíbia para referendar e aumentar o combate aos opositores, como por exemplo, as leis de supressão do comunismo e a lei sobre o terrorismo. A estratégia dos países imperialistas consistia em dividir o movimento e apoiar-se nos reacionários produzindo o neocolonialismo. Isto, contudo, gerou uma resistência branca, que se sentia ligada a África, mas também mantinha uma mentalidade colonial.

Outra forma de resistência também ocorreu através do desenvolvimento de projetos dos Estados que desejavam se desvincular da África do Sul, como por exemplo, a Comunidade de desenvolvimento da África Austral. A organização da Unidade Africana estabelece um comitê de libertação na Tanzânia. Tinha como objetivo a reunião de Estados para a formação de uma linha de frente para mobilizar o apoio internacional em torno dos movimentos de libertação, como o SWAPO da Namíbia, o PAC e o ANC na África do Sul. Na expansão desse encontro, Julius Nyerere reúne os Estados em 1979 a fim de discutir a

idéia de estabelecer uma aliança econômica. É organizada a Conferência que estabelece a Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) em 1º de agosto de 1980. Este órgão nasceu das lutas positivas contra o Apartheid e permitiu o surgimento de laços de solidariedade entre os países membros. Seu grande objetivo econômico era reverter o caos econômico desses países. Seus principais objetivos eram: reduzir a dependência da África do Sul; promover a autoconfiança coletiva; promover e coordenar a cooperação econômica; promover uma ação conjunta por apoio internacional. Para melhor desenvolver esses projetos, cada Estado membro assumiu a responsabilidade de coordenar um setor (MURAPA, 2002, p. 158). Angola responsabilizou-se pelo setor energético; Botsuana pela pesquisa agrícola; Lesoto pelo meio ambiente; Malavi pela pesca e pela área florestal; Moçambique concentrou-se na cultura, nos esportes e nos transportes; a Suazilândia pelos recursos humanos; a Tanzânia pela indústria e comércio; a Zâmbia pelo emprego e a mineração; e, por fim, o Zimbábue pela produção agrícola.

As fundamentações ideológicas do *Apartheid*

O pensamento que fundamentou a ideologia do *Apartheid* na África do Sul teve sua sistematização realizada pelo sociólogo Geoffrey Cronjé, na década de 1930, em Amsterdã. Sua sistematização foi usada pelo Partido Nacional a partir de 1948. Seu objetivo era criar um arcabouço ideológico contra o imperialismo e o liberalismo britânico. Sua tese central girava em torno do conceito de 'consistência' que foi utilizado dentro de uma lógica totalizante que objetivava destruir ambigüidades e paradoxos. Dentro da sua visão o contato, a mistura de sangue e a diferença eram prejudiciais, pois levariam a uma diluição da diferença étnica, que por conseqüência, levaria ao caos. O grande perigo para a África do Sul seria a convivência dessas diferenças dentro do mesmo espaço físico. Cronjé argumenta que todas as raças devem ter a oportunidade de se desenvolver como raça de acordo com suas possibilidades, por isso se opõe a destribalização, pois esse processo leva a perda de sua cultura original e não possibilita a assimilação da cultura européia gerando danos espirituais. Portanto seu pensamento rejeita a miscigenação e a figura do mestiço (ROSA RIBEIRO, 2002, p. 486-490).

Diversas medidas legais foram empreendidas para fortalecer e consolidar o *Apartheid*. Em 1927 foi criado o *Immorality Act*, uma lei que proibia o intercurso carnal "inter-racial" fora do casamento. Temendo sempre a mistura e o medo da decadência de sua civilização, os Bôeres tentaram radicalizar essa lei. Entre 1936 e 1937, tentou-se incluir uma emenda que proibiria casamentos entre etnias diferentes. Esta pressão só surtiu efeito em 1949 quando foi aprovado o *Mixed Marriage Act* que proibia casamentos mistos. No ano seguinte, outra

emenda dava um maior poder de vigilância e controle para o Estado, que imprimia sua lógica no controle dos meios sociais (MOUTINHO, 2004, p. 95-112).

Um problema que surgiu para a aplicação dessas medidas foi a definição do mestiço, ou *coloured*. De acordo com os argumentos dos brancos, suas características seriam: menos robustos, menos resistentes, possuem alto índice de mortalidade infantil e baixa expectativa de vida. Esta classificação acaba criando uma zona de incerteza, zona esta racial, social e política. Surge com isso uma questão: estariam esses *coloureds* num estágio de aperfeiçoamento ou já estão degenerados? O avanço do desenvolvimento econômico acrescenta tensões dentro dessa estrutura objetivada. Nos anos de 1920 e 1930, a inserção da mulher no mercado de trabalho, ameaça as relações patriarcais e a implementação desses atos também tem por objetivo a manutenção da hierarquia social.

Independência(s)

A África do Sul teve um processo de independência que difere em vários aspectos das demais regiões da África. Poderíamos, a princípio, visualizar duas independências. A primeira se deu em 1910, quando se uniram Colônia do Cabo, Transvaal, Orange e Natal, formando a União Sul-Africana, um Estado independente, porém pertencendo a *Commonwealth* britânica. Assim nascia, oficialmente, a África do Sul “branca” (LEFORT, 1978, p.38). Esta primeira independência foi complementada cinco décadas mais tarde, em 1961, quando a União tornou-se República da África do Sul, não mais pertencente ao Reino Unido. Porém, a essência do Estado, profundamente racista e excludente, não mudou.

Existiria, pois, uma segunda independência, ocorrida somente em 1994, ano em que as eleições se tornaram livres e o *Apartheid* oficialmente sendo abolido. Assim nascia, ou abria-se a possibilidade de nascer, uma África do Sul negra, finalmente livre dos traços imperialistas (embora os brancos ainda disponham de mecanismos para não largar o poder econômico), e aberta à participação da maioria da população. Não seria exagero sugerir que o ano de 1994 representou a verdadeira independência, ou melhor, a abertura de possibilidades para uma real independência, da África do Sul.

Enfim, os desdobramentos da história da África do Sul, no decorrer do século XX, foram fundamentais para o desenrolar dos processos de independência dos demais Estados da África Austral, como Namíbia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia.

A União Sul-Africana

O auge do imperialismo britânico se deu entre os anos de 1870 e 1914. Entretanto, foi justamente neste período, e principalmente nos primeiros anos do século XX, que se iniciou o processo de concessão de Constituições federativas e autonomistas às colônias de

povoamento branco, como o Canadá (1867), a Austrália (1901) e a Nova Zelândia (1907) (MARTÍNEZ CARRERAS, 1985, p. 469). Com a África do Sul não foi diferente.

A África meridional constituía-se na maior região de povoamento branco do continente. Além dos britânicos e dos bôeres, havia também os *uitlanders*, estrangeiros atraídos aos milhares pela corrida do ouro no Transvaal, sobretudo a partir da década de 1880. Após o término da Segunda Guerra Bôer (1899-1902), na qual as repúblicas do Transvaal e de Orange foram anexadas à Colônia do Cabo (Natal já havia sido anexada), as relações entre os africânderes e os britânicos se tornaram muito mais amistosas, inclusive com a Grã-Bretanha prestando ampla ajuda financeira para a reconstrução desses territórios, arrasados após o conflito. Além disso, o idioma holandês (depois substituído pelo africâner) também foi reconhecido como língua oficial (juntamente com inglês), e o governo britânico prometia que em pouco tempo concederia um governo autônomo à região (WESSELING, 1998, p. 359). Isto ocorreu em 31 de maio de 1910, quando foi criada oficialmente a União Sul-Africana.

A Constituição da União revelou uma aproximação entre os dirigentes britânicos e bôeres, sendo que prevaleceram os ideais destes últimos. O maior exemplo disto foi a exclusão da cidadania de todos os não-brancos, ou seja, negros, mestiços e asiáticos. O voto censitário, que era exercido no Cabo e que aparentemente estava de acordo com o ideário liberal inglês, foi substituído, na Constituição, pelo voto racial, estendido a toda União. O Parlamento Britânico promulgou esta Constituição racista, na qual os brancos eram os únicos cidadãos plenos.

Isso tudo pode parecer surpreendente. Por que o liberalismo defendido pelos britânicos cedeu lugar ao ultraconservadorismo de caráter racial criado pelos bôeres? Deve-se levar em consideração que o vencedor das Guerras Bôeres foi justamente o Império Britânico, e que era ele quem deveria dar as cartas a partir de então. Ora, foi justamente isso que aconteceu.

Já foi dito acima que os próprios britânicos auxiliaram enormemente na reconstrução dos territórios devastados pelas sangrentas Guerras Bôeres. Além disto, como também já foi mencionado, os britânicos se aproximaram dos bôeres no momento de redação da Constituição de 1910, inclusive no que diz respeito à organização da União Sul-Africana como uma federação⁸. Tudo isto ocorreu porque era exatamente isto que convinha à política inglesa fazer. A vitória pelas armas da Grã-Bretanha em 1902 consolidou o capital mineiro (majoritariamente inglês) como dominante. A mineração garantia lucros elevadíssimos, sobretudo porque era sustentada pelo trabalho forçado e migratório, executado pelos nativos. Ora, para a organização desta força de trabalho, era

⁸ Na União, cada província passou a ter uma certa autonomia assegurada. Assim, as sedes dos poderes políticos ficaram espalhadas pelo território: o Executivo em Pretória, o Parlamento na Cidade do Cabo, e a Alta Corte de Justiça em Bloemfontein. Ver: MAGNOLI, Demétrio. **África do Sul: capitalismo e Apartheid**. São Paulo: Contexto, 1992. p. 34.

absolutamente necessária a cooperação dos bôeres, que controlavam as instituições das principais províncias, além de controlar também o capital agrícola. Ademais, existia uma clara convergência ideológica entre os ingleses e os bôeres, na qual os brancos são vistos como os predestinados (seja por seleção natural, seja por desígnio divino) a dominar aquele local, sendo para isso necessário subjugar os povos “bárbaros” e “selvagens” que ali habitam.

Esta aliança entre o capital mineiro (inglês) e o capital agrícola (bôer) foi chamada de “aliança do ouro e do milho” (LEFORT, 1978, p. 38), que marcou o início do capitalismo moderno na África do Sul. A partir daí também se delimitou uma clara divisão entre o poder econômico e o poder político. Na verdade, os ingleses souberam administrar muito bem os fatores que emergiram após 1902, mais precisamente os que dizem respeito ao nascente nacionalismo bôer. O fato é que, após a guerra, cresce entre os bôeres uma idéia de nação. Se antes eles eram colonos individualistas dispersos pelo território sul-africano, agora eles se vêem como uma nação, não mais europeia, mas africâner (de brancos que nasceram no continente africano), dotada da missão divina de governar aquele território que foi desbravado por seus bravos antepassados. O primeiro partido africâner, o Afrikaner Bond, criado em 1881 pela burguesia bôer residente na Colônia do Cabo, agora unia também os criadores de gado do centro do país, todos agregados em torno da “nação” africâner. Ocorre que, paralelamente à aliança com os africâners, os ingleses reforçam seu poder sobre os protetorados de Basotulândia (futuro Lesoto), Suazilândia e Bechuanalândia (futuro Botsuana), visando deter, justamente, o expansionismo resultante deste nacionalismo.

Enfim, com a “aliança do ouro e do milho”, na qual o poder econômico estava na mão do capital mineiro inglês e o poder político (favorável ao econômico) estava com o capital agrícola africâner, nasce de uma vez por todas a África do Sul “branca”. As instituições excludentes e racistas tenderão a recrudescer cada vez mais, e a citada “aliança” permanecerá no poder até 1924, quando o Partido Nacionalista, formado pela burguesia agrícola africânder, chega ao poder.

Cabe ainda ressaltar que, durante a I Guerra Mundial, a União Sul-Africana invadiu a Namíbia (chamada então de África do Sudoeste e sendo ainda colônia da Alemanha), mais precisamente em 1915. Com derrota alemã e o término do conflito, a Liga das Nações concedeu à União um mandato para administrar o território.

Primeiras leis segregacionistas da União Sul-Africana e o CNA

No decorrer das décadas de 1910 e 1920, uma série de leis foram elaboradas para enquadrar o trabalhador africano e subjugar-lo ao sistema da União. Entre elas, podemos destacar: - *Native Labor Act* (1911): obrigava o trabalhador negro a obedecer e se submeter

às leis de trabalho, proibindo as greves e a ruptura de contrato. - *Native Land Act* (1913): instituiu que os nativos podem obter a propriedade da terra em apenas 7,3% do território da União Sul-Africana (em 1936, aumentado para 12,7%). Essas “reservas” permitiam que a mão-de-obra negra se reproduzisse, mas não podiam servir, pela escassez de terras, à plena subsistência: os nativos estavam obrigados a vender, permanentemente, a sua força de trabalho para os brancos.

Nesse contexto, em 1912, surge o Congresso Nacional Africano (CNA) a partir das reivindicações dos nacionalistas negros frente às novas leis de segregação. Assim como outrora ocorreu com os bôeres, surge agora uma consciência nacional entre os negros, principalmente em torno de sua origem banta, juntamente com a tentativa de unificar todas as tradições de resistência através da idéia de que eles formam “um só povo”. Entretanto, este é um movimento que nada tem de revolucionário. Iniciado por uma pequena elite negra – profissionais liberais, intelectuais e padres – e influenciado vagamente pelo liberalismo americano, é um movimento que buscou “civilizar” o negro, que acreditava na piedade cristã, e que era marcado pelo total respeito às autoridades: escrevendo requerimentos, petições, formando delegações, o CNA tentava convencer os liberais que estavam no poder de que eles não faziam o que apregoam.

No início dos anos 1920, podemos destacar mais estas leis: - *Native Affairs Act* (1920): visando a segurança dos brancos a partir do controle social dos negros, esta lei entregava aos chefes tribais tradicionais a autoridade sobre as áreas reservadas aos nativos. Alguns destes chefes se aliam às autoridades no sentido de manter sob controle as populações das reservas, garantindo assim os meios de reprodução da força de trabalho migratório tão necessário à economia do Estado. - *Native Urban Area Act* (1923): colocava em vigor o famigerado *pass* (passe), o qual os negros deveriam portar quando estivessem nas áreas urbanas (destinadas exclusivamente aos brancos) para trabalhar. Assim, tentava-se conter o influxo de negros para as cidades, pois o passe indicava se ao nativo era permitido estar numa área ou não.

Proletários negros e proletários brancos

Desde o início da União Sul-Africana, não paravam de surgir mostras de descontentamento com o regime. Em 1919, proletários negros que trabalhavam nas minas fundaram a Industrial and Commerce Workers Union (ICU), organização sindical de contestação. Em 1920, mais de quarenta mil mineiros negros entraram em greve, brutalmente combatida pelo governo. Em 1921 é fundado o Partido Comunista Sul-Africano. Ele inicialmente apóia a luta de classes entre o proletariado (e aí se incluíam também os trabalhadores brancos racistas) e o grande capital, mas mais tarde entende que o principal

inimigo é colonialismo, disfarçado ou não pelo Estado controlado pela minoria branca. Em 1927, o PC organiza uma campanha de queima dos passes, duramente reprimida.

Ao mesmo tempo, muitos proletários brancos, tanto os trabalhadores das minas quanto os ex-agricultores *africâners* empobrecidos (visto que a agricultura tradicional não conseguia mais competir com a agricultura comercial) obrigados a vender sua força de trabalho, viam nos negros uma grande ameaça aos seus empregos e ao seu modo de vida. No início dos anos 1920, quando a produção de minérios estava em baixa, tanto pela pouca procura mundial por ouro naquele período quanto pela pouca rentabilidade das minas, tentou-se abrir vagas de empregos mais qualificados aos negros e mestiços, que recebiam menos que os brancos. Os sindicatos brancos foram terminantemente contra, o que resultou nas famosas greves do Rand (1922), levada a cabo pelos mineiros brancos. Existia uma clara noção de que eles deveriam separar-se dos negros, e ao mesmo se contrapor ao capital internacional que controlava as minas. Durante as greves, um dos lemas destes mineiros era justamente uma deturpação do Manifesto Comunista de Marx: “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos por uma África do Sul branca!” (MAGNOLI, 1992, p. 27).

Este proletariado branco foi, justamente, o grupo que melhor acolheu o discurso nacionalista africânder, que pregava ao mesmo tempo o repúdio ao capital internacional, uma evolução econômica a partir de fortes investimentos estatais, a proteção do trabalhador branco e a segregação racial. Não foi por acaso que o Partido Nacionalista, formado pela burguesia agrícola africâner e liderado pelo general Hertzog, ganhou as eleições de 1924, derrubando o liberal e pró-inglês South African Party.

A União Sul-Africana até 1948

De 1924 a 1929, a África do Sul conhece um boom econômico, mais tarde retomado na II Guerra Mundial, a partir do desenvolvimento de um capital nacional voltado à indústria mineradora. Ao mesmo tempo, o cerco aos negros se acirra, mas não impede que eles cada vez mais saiam de suas reservas para se instalar na periferia das áreas urbanas, mais tarde conhecidas como *townships*. Ademais, após a crise de 1929, o discurso nacionalista torna-se mais moderado, e há uma clara aproximação das ideais liberais do antigo South African Party.

Na década de 1930 e durante a II Guerra Mundial, delineia-se uma clara divisão dentro da política branca na África do Sul. O governo era nitidamente pró-britânico, e engajou o país no esforço de guerra aliado. Os setores *africâners*, por sua vez, beberam ostensivamente da fonte nazi-fascista, criando o Partido Nacional, muito mais radical em suas propostas segregacionistas (e agora também anticomunistas) do que o velho Partido Nacionalista. Durante a guerra, os liberais e os proletários negros formavam uma espécie

de “frente popular” antifascista, em oposição aos nacionalistas *africâners*, que eram abertamente hitleristas. Neste período, muitas organizações negras apoiaram o governo sul-africano e o esforço de guerra aliado, sob a promessa de que leis segregacionistas seriam abolidas e haveria uma maior abertura política. De fato, durante a guerra, várias greves de operários africanos (resultado da crescente industrialização) em troca de melhores direitos foram bem-sucedidas. Porém, mal a guerra havia terminado, uma greve mineira em 1946 foi severamente reprimida e as promessas de igualdade jamais se cumpriram.

Em todo o caso, a derrota do nazi-fascismo foi vista como uma vitória pelos movimentos negros. Ao mesmo tempo em que o Partido Comunista começava a recuperar influência, o Congresso Nacional Africano renovou suas lideranças e também seus posicionamentos. Entre estes novos líderes podemos destacar Olivier Tambo e, principalmente, Nelson Mandela. Porém, em 1948, devido ao voto branco distrital, o Partido Nacional ganhou as eleições, e do poder não sairia pelas quatro décadas seguintes.

A política do *Apartheid* e a resistência negra

A partir de 1948, o Partido Nacional se entregou à tarefa de transformar a separação racial vigente, moldada em termos mais práticos que legais, em um aparato legal muito mais complexo e elaborado, o qual se deu o nome de *Apartheid* (em africânder, “desenvolvimento separado”). Essa passou a ser a função primordial do Estado.

Baseado em diversas leis que surgiram principalmente na década de 1950, a política do *Apartheid* foi sendo aprimorada ao longo do tempo. Primeiro, classificando as populações africanas em diferentes grupos lingüísticos e étnicos. Depois, delimitando arbitrariamente as áreas que estes grupos poderiam ocupar, e o quanto era necessário mantê-los como mão-de-obra barata e disponível. Mais adiante, proibiu-se o casamento e inclusive as relações sexuais inter-raciais. Junto a isto, os serviços públicos foram fisicamente separados entre espaços para brancos e para negros: banheiros, praias, bibliotecas, transportes, parques. Tudo isto respaldado pela divulgação, através dos meios de comunicação e dos bancos escolares, de uma história que glorifica os feitos dos antepassados bôeres, justificando plenamente a situação de exploração a que são submetidos os africanos.

Não é à toa que o país foi varrido, durante os anos 1950 e 1960, por sucessivas ondas de manifestações, greves e rebeliões, ao mesmo tempo em que os movimentos negros se articulavam e tentavam abrir espaço em meio à atmosfera opressiva. Citemos as datas das principais contestações deste período: -1950: greve geral contra a lei que proibia o Comunismo. -1952: campanha de “desafio às leis injustas”, na qual militantes exercem a desobediência civil referente às regras segregacionistas e aceitam ir para a prisão. - Em 1955 ocorre o Congresso do Povo, na qual os nacionalistas africanos aprovaram a “Carta da

Liberdade”, que previa a construção de um Estado sul-africano multirracial. No ano seguinte centenas desses militantes foram acusados pelas autoridades de “traidores” e “comunistas”, sendo presos e processados. -1956: greve pela supressão dos passes. -1960: queima pública dos passes, atendendo ao apelo do Congresso Pan-Africano (PAC). A repressão deixou 69 pessoas mortas. Nesse mesmo ano o CNA e o PAC foram proibidos. -1961: Nelson Mandela liderou o braço militar do agora clandestino CNA, responsável por campanhas de sabotagem contra o governo. -1962: Mandela foi preso e condenado à prisão perpétua. No ano seguinte, os demais líderes do CNA foram presos.

Independências na África Austral

Em 1961, estimulada pela política britânica de descolonização da África, o governo do Partido Nacional rompeu com a *Commonwealth* e proclamou a República Sul-Africana, tornando-se essencialmente mais livre para aprimorar as políticas de segregação e para gozar de maior autonomia política (na verdade, se aproximar mais dos Estados Unidos da América, grande parceiro financeiro e ideológico nestes tempos de Guerra Fria). Na verdade, podemos afirmar que, grosso modo, o país muda somente o nome, visto que as estruturas permanecem inalteradas.

Já no ano de 1966, o reino de Lesoto se independentiza, pacificamente. Protetorado britânico desde 1883 e habitado pelo povo Sotho, este reino, nos anos 70, se tornou um grande crítico do *Apartheid*, dando abrigo a vários exilados políticos da África do Sul, país com o qual não tinha relações muito amistosas. Em Lesoto vigorou a monarquia parlamentarista. Neste mesmo ano o antigo protetorado de Bechuanalândia (desde 1885) também se tornou independente, sob o nome de Botsuana. Desértico, mas pleno de recursos minerais, Botsuana adotou desde o princípio um regime presidencialista democrático, ao estilo ocidental. Além disto, também se posicionou contrário ao regime do *Apartheid*, o que acabou trazendo problemas com a África do Sul no futuro.

Em 1968, a Suazilândia se tornou independente. Protetorado britânico desde 1906, ela se tornou, inicialmente, uma monarquia constitucional, mas em 1973 o rei dissolveu o parlamento e passou a governar de maneira quase absoluta. Reduto do povo suazi, a Suazilândia não teve muitos problemas em relação à África do Sul, e, assim como Lesoto, forneceu regularmente mão-de-obra barata para o país vizinho.

A África do Sudoeste (Namíbia) foi, cronologicamente, o último país a se tornar independente. O processo da Namíbia difere bastante dos demais processos de independência citados até aqui. Como já foi citado mais acima, a Namíbia estava ocupada desde 1920 pela África do Sul. Nos anos 60, a ONU solicitou que a África do Sul preparasse um governo de transição, visando à independência. Como o governo sul-africano se negou

a isso, estourou em 1966 uma guerra de libertação, protagonizada pela guerrilha da SWAPO, de orientação marxista. Em 1968, a ONU exigiu a independência, mas a África do Sul não só ignorou como também utilizou o território da Namíbia para, em 1975, fazer incursões militares em Angola, sob o pretexto de combater a SWAPO. Na verdade, o governo sul-africano sempre foi contrario a todos os processos de independência na África, principalmente contra aqueles que adotaram governos de tendência mais progressista ou mesmo abertamente alinhados com a URSS, como era o caso de Angola. Desse modo, só a partir de muita negociação foi que a Namíbia se tornou independente, isso já em 1990, época também em que a antiga política agressiva do governo sul-africano já não tinha mais lugar.

África do sul nas décadas de a partir da década de 70: dos Bantustões ao ocaso do Apartheid

Em 1968, na miserável Sharpeville, township perto de Johannesburgo, 67 negros foram mortos pela polícia durante um protesto, o que gerou manifestações em outras cidades, e deixou o incidente marcado na memória dos movimentos negros. Na verdade, desde 1966 iniciou na África do Sul uma política chamada por muitos de “o grande *Apartheid*”, destinada a literalmente excluir do Estado os povos negros. Em 1971 começou a vigorar a Lei de Constituição das Pátrias Banto, que previa a criação de Estados étnicos isolados da vida política sul-africana, formando um verdadeiro arquipélago de micro-estados nativos orbitando em torno da grande nação africâner (MAGNOLI, 1992, p.44). Obviamente, o enquadramento forçado e o deslocamento de pessoas contra a vontade para as áreas correspondentes à sua etnia fazia parte deste processo. Foram organizados dez bantustões, para abrigar nove grupos étnicos distintos: Xhosa, Zulu, Tswana, Sotho Sul, Ndebele, Sotho norte, Tsonga, Venda e Swazi.

Na verdade, pode-se notar uma nítida contradição entre uma tendência econômica, produto da industrialização que impelia a integração dos negros ao mercado nacional urbano, e uma tendência política, que visava a separação racial radical. Com relação à economia, cabe salientar que a África do Sul viveu, dos anos 1960 até meados da década de 1980, um surto econômico sem precedentes. Isso tudo devido às vantagens que ela oferecia ao capital estrangeiro: recursos minerais aparentemente inesgotáveis, salários baixos e repressão aos trabalhadores, política claramente anticomunista, e ações a preço baixo, devido sobretudo ao temor de alguns investidores. Mesmo com a ONU condenando o *Apartheid* e pedindo sanções, o sul da África virou um palco de bons negócios às grandes corporações dos diversos países do bloco capitalista: EUA (GM, Ford, Manhattam Bank), Grã-Bretanha (Anglo-American Corporation), Alemanha Ocidental, França (comércio de

armamentos), além de contatos sigilosos entre o complexo militar sul-africano com o Chile de Pinochet, com Israel e inclusive com a China comunista.

As contradições aumentavam e surgiam novos movimentos negros, inspirados, sobretudo, nas lutas raciais dos EUA. Um estudante da Cidade do Cabo, Steve Biko, ficou famoso por romper com o Congresso Pan-Africano (multirracial e liberal) e fundar uma organização exclusivamente negra e africana, a SASO (South African Students Organization), da qual nascerá a BPC (Black People's Convention), influenciada pelo movimento Black Power. Essas organizações eram um sinal de descrédito de boa parte dos negros com relação a uma saída pacífica, multirracial e com ajuda externa, da situação de segregação. A BPC acreditava que o *Apartheid* deveria ser derrubado a partir de dentro das *townships*, pela ação da juventude organizada.

Em 1975, guerrilheiros comunistas tomaram Moçambique e Angola e aniquilam as forças sul-africanas que estavam nesses países pra combater os movimentos de libertação. Nas aglomerações negras urbanas da África do Sul parecia ser o sinal de que alguma coisa estava por acontecer, e rebeliões espontâneas começaram a estourar, motivadas principalmente pela tentativa de impor a obrigatoriedade do ensino da língua africânder nas escolas negras. Soweto, *township* com mais de um milhão de habitantes, parece ser o epicentro das revoltas e das greves. Entre 1975 e 1976 protestos varreram o país, e os movimentos negros tiveram de enfrentar, além da polícia do Estado (a BOSS, Bureau of State Security, polícia secreta onipresente, criada em 1969 devido ao susto de Sharpeville), os grupos para-militares brancos e algumas organizações legalistas zulus. Steve Biko acabou sendo preso, covardemente torturado e morto, mas as estruturas do regime pareciam dar sinais de desgaste.

Enfim, tanto a influência externa sul-africana (chamada muitas vezes de sub-imperialismo) na África meridional estava ruindo, quanto o aparelho interno de segregação parecia não mais conseguir resistir às contradições. Em 1978 o ultranacionalista africâner Piether Botha foi eleito, e com ele nasceu a idéia de um *Apartheid* reformulado, mais brando com relação às leis de segregação (contraditoriamente às idéias que Botha sempre defendeu) e aberto a uma idéia de “devolução” lenta do poder aos negros, desde que dentro de suas áreas específicas (Bantustões), alijando-os assim do poder do Estado Sul-Africano, destinado, obviamente, aos *africâners*. Mesmo assim, as revoltas internas não pararam. Soma-se a isto o fato de que a recessão econômica assolava o país na década de 1980, motivada pela retirada de investimentos estrangeiros e pelas sanções diplomáticas. Isso se explica pelo fato de que o comunismo soviético já estava em vias de desmoronamento, e já não era mais necessário apoiar a África do Sul anticomunista. Muitos países – sobretudo os EUA – passaram então a repudiar, hipocritamente, o regime sul-africano com o qual eles mesmos outrora mantinham estreitas relações comerciais.

Em 1989, Botha foi demitido do poder e Frederik De Klerk assumiu em seu lugar, devendo escolher entre políticas que levassem à abolição do *Apartheid* ou uma guerra civil (talvez seria a última guerra bôer). Econômica e socialmente em frangalhos, a África do Sul caminhava para uma abertura. Em 1990, reconheceu a independência da Namíbia, e nos primeiros anos da década foram abolidas, uma a uma, as antigas leis de segregação. Todas as organizações de movimentos negros foram legalizadas, abrindo espaço para uma participação política massiva, contemplando-se o conceito que o CNA sempre defendeu: “um homem, um voto”. Ou seja, o país adotaria um regime democrático nos moldes ocidentais.

Mesmo com algumas leis que ainda mantinham o poder das grandes empresas estatais e o planejamento econômico com os antigos burocratas brancos, e mesmo não havendo nenhum tipo de revolução social realmente abrangente onde os benefícios fossem distribuídos entre todos (na verdade, foi exatamente isso que se evitou no governo De Klerk) muitos *africâners* não se conformaram com a abertura, e passaram a externar com mais virulência ainda as suas posições racistas e neonazistas. Entretanto, isso não impediu que Nelson Mandela fosse solto em 1990 e que, em 1994, face às primeiras eleições multirraciais no país, fosse eleito presidente da África do Sul.

Ou seja, a partir de um processo talvez mais pacífico do que se esperasse, pois as autoridades foram hábeis em evitar uma revolução social de maior amplitude, a África do Sul finalmente se tornou independente, quer dizer, se viu livre do governo de uma minoria branca sobre uma maioria negra. São muitas as contradições e os desafios da África do Sul atual, pois além da questão relativa à pobreza e ao preconceito ainda muito forte nesse país (resquícios da segregação), existe o flagelo da AIDS, que está devastando boa parte da população, ao mesmo tempo em que o país continua sendo o mais economicamente desenvolvido do continente.

Referências das Imagens

Mapa 1: Disponível em: <<http://unimaps.com/africa1914/index.html>>. Acesso em 20 de novembro de 2007.

Mapa 2: HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula: visita à História Contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005. p.126 (excerto).

Referências

FERREIRA, Eduardo de Souza. O “diálogo” ou a África do Sul como submetrópole. In: A África austral: o passado e o futuro: análise da economia e política sobre ex-colônias portuguesas, África do Sul e Namíbia. Lisboa: Seara Nova, 1977. p. 334-378.

_____. A Namíbia e o projeto do Cunene – Apartheid e colonialismo. In: A África austral: o passado e o futuro: análise da economia e política sobre ex-colônias portuguesas, África do Sul e Namíbia. Lisboa: Seara Nova, 1977. p.142-167.

- FERRO, Marc. História das colonizações: das conquistas às independências: séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HERNANDEZ, Leila M. G. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- JONGE, Klaas de. África do Sul. Apartheid e resistência. São Paulo: Cortez-EBOH, 1991.
- KI-ZERBO, Joseph A. África do Sul: Bantos, Bôeres, Britânicos. In: História da África Negra. Paris: Biblioteca Universitária, 1999. p. 430-439.
- LEFORT, René. África do Sul: História de uma crise. Lisboa: Antídoto, 1978.
- Le PERE, Gart. Sudáfrica: perfil del país. Anuário Internacional CID OB. Disponível em: <www.cidob.org> acesso em 20 de maio de 2007. p. 397-403, 2004.
- LINHARES, Maria Yeda. A luta contra a metrópole: Ásia e África: 1945-1975. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LOVEJOY, Paul. A escravidão na África central, meridional e oriental no século XIX. In: A escravidão na África: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 327-359.
- MACEDO, José Rivair. Antigas civilizações africanas: historiografia e evidências documentais. In: MACEDO, José Rivair. (org) Desvelando a história da África. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2008. p. 13-27.
- MACEDO, José Rivair. (org) Desvelando a história da África. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2008.
- MAGNOLI, Demétrio. África do Sul: capitalismo e Apartheid. São Paulo: Contexto, 1992.
- MARTINEZ-CARRERAS, José Urbano. La descolonización. In: Introducción a la Historia contemporánea – El Siglo XX. Madrid: Istmo, 1985. p. 451-485.
- MOUTINHO, Laura. Condenados pelo desejo? Razões de Estado na África do Sul. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, ano 19, n 20, p. 95-112, 2004.
- MURAPA, Rukudzo. A comunidade de desenvolvimento da África Austral (SADC): rumo à integração política e econômica. Impulso. n. 31 p. 155-164, 2002.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana na sala de aula: diálogos e silêncios entre a Lei 10.639/03 e os especialistas. In: MACEDO, José Rivair. (org) Desvelando a história da África. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2008. p. 195-210.
- PEREIRA, Analúcia Danilevicz. Apartheid: apogeu e crise do regime racista na África do Sul (1948-1994). In: MACEDO, José Rivair. (org) Desvelando a história da África. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2008. p. 139-157.
- ROSA RIBEIRO, Fernando. A construção da Nação (Pós-) Colonial: África do Sul e Suriname, 1933-1948. Estudos Afro-Asiáticos. Ano 24, n 3, p. 483-512, 2002.
- WESSELING, H.L. Bôeres e Britânicos na África do Sul, 1890-1902. In: Dividir para dominar: a partilha da África, 1880-1914. Rio de Janeiro: Revan, 1998 p. 289-364.